

Alesp aprova reajuste de 10% e reestruturação das carreiras policiais

Pacote do governo Tarcísio prevê aumento salarial e modernização das carreiras

Divulgação/Governo de SP

A Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo (Alesp) aprovou os projetos enviados pelo governo estadual que preveem reajuste salarial e mudanças nas carreiras das forças de segurança pública. As propostas fazem parte de um pacote apresentado pelo governador Tarcísio de Freitas com o objetivo de valorizar policiais civis, militares e técnico-científicos, além de modernizar a estrutura das corporações.

O principal ponto é o aumento linear de 10% nos salários das categorias, índice que incide sobre a remuneração base e contempla profissionais da ativa. A medida atende a uma demanda antiga das forças de segurança, que vinham pressionando por recomposição salarial diante das perdas inflacionárias acumuladas nos últimos anos e da defasagem em relação a outras carreiras do funcionalismo público.

Além do reajuste, os projetos aprovados trazem mudanças nos planos de carreira, com novas regras para progressão funcional e promoções. A proposta busca tornar o avanço profissional mais ágil e estruturado, reduzindo entraves burocráticos, encurtando o tempo necessário para ascensão e ampliando as possibilidades de crescimento dentro das corporações.

No caso da Polícia Militar, o texto reorganiza a estrutura de



Projetos aprovados preveem aumento salarial e novas regras de carreira para civis e militares

cargos e estabelece critérios mais claros para evolução na carreira, com base em tempo de serviço e mérito. A reformulação pretende dar mais previsibilidade ao desenvolvimento profissional, estimular a qualificação contínua e adequar a corporação às demandas atuais da segurança pública, especialmente em um cenário de crescente complexidade no combate ao crime.

Já na Polícia Civil, as mudanças incluem atualização das regras de promoção e reestruturação das carreiras, com foco na valoriza-

ção de funções estratégicas. A intenção é tornar a progressão mais dinâmica, reconhecer especializações e incentivar a permanência de profissionais experientes, considerados essenciais para a investigação e elucidação de crimes, reduzindo a evasão de quadros qualificados.

Outro ponto destacado pelo governo é o impacto acumulado de reajustes recentes. Segundo a gestão estadual, os aumentos concedidos às forças de segurança nos últimos anos superaram a inflação do período, reforçando

a política de valorização das categorias e a tentativa de tornar as carreiras mais atrativas para novos ingressantes.

O pacote também tem impacto financeiro significativo. Estimativas apontam que o reajuste de 10% deve gerar custo superior a R\$ 1 bilhão aos cofres públicos, refletindo a abrangência das medidas e o tamanho do efetivo das forças de segurança no estado. O governo defende que o investimento é necessário para garantir melhores condições de trabalho e fortalecer a prestação de serviços

à população.

A aprovação na Alesp ocorre em meio a pressões de parlamentares e representantes das categorias, que intensificaram a cobrança por melhorias salariais e estruturais. Nos bastidores, o tema mobilizou a chamada bancada da segurança pública e ganhou prioridade na pauta legislativa, com articulação direta do Palácio dos Bandeirantes para assegurar a votação.

Com o aval dos deputados, o próximo passo é a sanção do governador para que as medidas entrem em vigor. A expectativa é de que o reajuste passe a valer ainda em 2026, com implementação gradual das mudanças nos planos de carreira.

Na prática, o pacote combina aumento salarial e reestruturação administrativa como estratégia para valorização profissional, retenção de efetivo e melhoria do desempenho das forças policiais. A aposta do governo é que a modernização das carreiras, aliada ao ganho real de remuneração, contribua para tornar o serviço mais atrativo, reduzir a rotatividade e ampliar a eficiência no combate à criminalidade em todo o estado de São Paulo.

A medida também é vista como estratégica para reforçar o efetivo, reduzir a evasão de profissionais e aumentar a eficiência das corporações no enfrentamento à criminalidade.

Estado teve aumento de 45% nos números de feminicídios

O estado de São Paulo registrou aumento de 45% nos casos de feminicídio em fevereiro deste ano, passando de 20 para 29 vítimas na comparação com o mesmo mês de 2025, segundo dados da Secretaria da Segurança Pública. No acumulado do ano, já são 56 mulheres assassinadas, alta de 33% em relação ao primeiro bimestre do ano passado, quando houve 42 casos.

Os registros de estupro somaram 1.212 em fevereiro de 2026, 11 a mais do que no mesmo mês de 2025. No entanto, no acumulado de janeiro e fevereiro, houve queda, com 2.397 casos neste ano contra 2.487 no ano anterior.

Já os homicídios dolosos apresentaram redução, com 179 ocorrências em fevereiro, queda de 11% na comparação anual. No bimestre, foram 369 casos, 11,3% a menos que em 2025. Os latro-



Dados foram divulgados pela Secretaria da Segurança Pública

cínios também caíram, passando de 10 para cinco em fevereiro e de 28 para 12 no acumulado, redução de 57%.

Os roubos em geral tiveram queda de 18,4% em fevereiro, passando de 14.208 para 11.591 registros. No bimestre, a redução

foi de 21,4%, atingindo o menor índice desde 2001. Os roubos de veículos também recuaram, assim como os furtos, que apresentaram diminuição tanto no mês quanto no acumulado do ano. Os dados reforçam tendências distintas na criminalidade.

SP tem 69 novas Salas de Defesa da Mulher

O Governo do Estado de São Paulo anunciou a ampliação da rede de proteção às mulheres com a criação de 69 novas Salas DDM (Delegacias de Defesa da Mulher), sendo 60 no interior e 9 na capital. O anúncio foi feito pelo governador Tarcísio de Freitas e integra um pacote de ações voltadas ao enfrentamento da violência contra a mulher.

As novas salas serão instaladas dentro de unidades da Polícia Civil e oferecem atendimento especializado, humanizado e reservado para vítimas. Na capital, os espaços serão distribuídos em todas as regiões, enquanto no interior a expansão contempla cidades como Campinas, Sorocaba, Ribeirão Preto, Santos e Araçatuba. A estratégia é utilizar estruturas já existentes, garantindo rapidez na implantação.

Além do registro de ocorrências, as Salas DDM oferecem escuta qualificada, orientação sobre medidas protetivas e encaminhamento à rede de apoio. A previsão é que todas as unidades estejam em funcionamento no próximo quadrimestre.

O governo também publicou decreto que reclassifica nove Delegacias de Defesa da Mulher, permitindo ampliar equipes, melhorar a infraestrutura e agilizar o atendimento. A medida considera critérios como demanda e população atendida, fortalecendo a atuação da Polícia Civil.

Segundo a Secretaria da Segurança Pública, a iniciativa deve reduzir o tempo de resposta e aumentar a efetividade na proteção das vítimas, com atendimento mais qualificado e humanizado.